



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 138.761/2024**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 028/2024**

**1. OBJETO**

Este processo tem por objetivo a contratação de empresa visando a prestação de serviços de elaboração de cálculos de liquidação de sentença, conforme Documento de Formalização de Demanda e proposta constante no processo administrativo nº 138.761/2024.

**2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Para custear as despesas decorrentes da presente contratação, serão usadas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária do exercício de 2024.

2014 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL DE GOVERNO.

3390.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ

**3. RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios, decorrentes do exercício financeiro de 2024.

Pela contratação dos serviços, o Município pagará o valor total de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), mediante apresentação de Nota Fiscal e documentos que comprovem a condição de habilitação do fornecedor.

**4. JUSTIFICATIVA**

O art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, impôs como regra a obrigatoriedade de licitar.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**“Sentinela do Progresso.”**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

Para regulamentar o art. 37, inciso XXI, da CF, foi criada a Lei Federal nº 14.133/21, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

Ressalta-se que a presente contratação se encontra embasada no que diz a lei, referida acima, em seu respectivo artigo:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Desta feita, vale salientar que, a presente contratação se encaixa na hipótese legal descrita no art. 74, inciso III, § 3º, da Lei Federal 14.133/21, acima transcrito, sendo que a empresa fora escolhida pelo Município, por ter apresentado notória especialização do objeto pretendido pela administração, tornando inviável a competição da licitação, atendendo as exigências dos referidos dispositivos legais.

No mesmo norte, vale dizer que a comprovação da entrega dos materiais dar-se-á mediante apresentação de nota fiscal da empresa, comprovando sua adequação à legislação contábil e financeira, bem como atestado de recebimento dos mesmos à municipalidade por meio de funcionário competente, que fiscalizará e certificar-se-á da correta utilização dos recursos públicos para atingimentos dos objetivos propostos.

Sendo assim, tendo em vista as exposições motivadas neste processo e levando-se em consideração o relevante interesse público em questão, com base no art. 74, inciso III, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, ratifico este processo de Inexigibilidade de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos atos acima invocados.

Espumoso, RS 02 de maio de 2024.

DOUGLAS  
FONTANA:0030  
3055006

Assinado de forma digital  
por DOUGLAS  
FONTANA:00303055006  
Dados: 2024.05.13 08:30:54  
-03'00'

DOUGLAS FONTANA

“Sentinela do Progresso.”